

# Florestan Fernandes e a autocracia burguesa como estrutura-histórica do capitalismo no Brasil

Debate o discusión en teoría social  
GT 17- Pensamiento latinoamericano y teoría social  
Rodrigo Pereira Chagas<sup>1</sup>

## RESUMO:

O presente artigo visa resgatar e problematizar a ideia de "transformação capitalista do Brasil" através do livro clássico *A revolução burguesa no Brasil (RBB)*, de Florestan Fernandes. Além da análise de elementos da obra, buscamos contribuir para o enriquecimento dos debates presentes no pensamento de alguns de seus interpretes.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; revolução burguesa; autocracia.

### 1. Introdução

No livro *A revolução burguesa no Brasil (RBB)*, Florestan realiza uma análise conjuntural da transformação do capitalismo brasileiro, resgatando o que denomina de aspectos *estrutural-históricos*, bem como a *história em processo* – em seus elementos econômicos, sociais, ideológicos e utópicos – tendo como foco principal as classes dominantes e a dominação de classe.

Ao fazê-lo, se contrapõe a muitos sociólogos que “não concordam com a ideia de que a revolução burguesa se dê sob o contexto da dominação imperialista” – entre eles, “inclusive um dos maiores especialistas, que é Barrington Moore Jr., [que] sustenta que a última revolução burguesa foi a norte-americana”. (FERNANDES, 1978: pp. 97-87).

O trabalho se apresenta como um *Ensaio de interpretação sociológica*, alinhado ao esforço intelectual do autor para compreender os fundamentos sociais que conduziram à ditadura militar instaurada no Brasil em 1964.

Em síntese, Florestan evidencia aquilo que diz ser sua maneira de ver as coisas: “1.º) a emergência da ‘Revolução Burguesa’; 2.º) seus caracteres estruturais e dinâmicos; 3.º) os limites, a curto e a longo prazo, que parecem confiná-la e reduzir sua eficácia como processo histórico-social construtivo” (FERNANDES, 1975: pp. 13-14).

Como resultado, *RBB* fixa um modelo interpretativo do capitalismo dependente, incorporando a análise do desenvolvimento do capitalismo brasileiro em seu sentido *estrutural-histórico*, ao mesmo tempo em que responde criticamente à posição de determinados “círculos acadêmicos”.

A obra começa a ser escrita em 1966 e acaba sendo engavetada naquele mesmo ano. Será resgatada em 1972, quando o autor volta do exílio, e concluída em 1974. Construída através de um hibridismo (ARRUDA, 2001: p. 290) é considerada por Florestan o primeiro trabalho no qual realiza uma exploração “mais intensa de conceitos e procedimentos interpretativos de M. Weber (não por motivos conservadores, ao contrário) e acredito que consegui estabelecer uma ponte harmoniosa entre Weber, Mannheim e Marx, na explicação de processos histórico-sociais seculares”. (FERNANDES, *In*: FREITAG, 1996: p. 158)

Em grande medida, esta obra marca um reposicionamento de Florestan Fernandes, derivada da crise social que põe em evidência o esgotamento de sua proposta de “Brasil moderno”, estabelecida entre o período de 1953 a 1968, em consonância com um amplo processo de institucionalização e modernização da sociologia em boa parte da América Latina.

## 2. A natureza do capitalismo brasileiro

Ainda que se trate de uma obra incompleta (COHN, 1999), *RBB* demarcará um novo posicionamento teórico-prático de Florestan Fernandes. Contudo, este reposicionamento não deve ser compreendido como uma fixação analítica, como sugere Carlos Nelson Coutinho (2005), no artigo *Marxismo e a "imagem do Brasil" em Florestan Fernandes*.

Segundo Coutinho, a "imagem de Brasil" desenvolvida por Florestan no livro busca se opor à imagem formulada pelo PCB, que se pautava em um etapismo, segundo o qual o país deveria transitar de um suposto feudalismo para o capitalismo, ou seja, um percurso equivalente à chamada "via clássica" de transição.

Tal como Lenin e Gramsci, que trataram dos casos alemão e italiano, para Florestan, o desenvolvimento capitalista no Brasil não se deu de forma clássica. Entretanto, mesmo dando mostra de haver tido um amplo contato com categorias e conceitos destes autores marxistas – como o de "via prussiana", de Lenin, e de "revolução pacífica", de Gramsci –, Florestan, em suas análises, não os utiliza ou "parece não ter apreendido corretamente o sentido dessa noção gramsciana" (*Ibid.*: p. 250).

Segundo Coutinho, Florestan acerta ao apontar que o capitalismo brasileiro nasce de uma sociedade que denominou como patrimonialista. O ponto principal da não-classicidade do caso brasileiro, em Florestan, "residiria sobretudo nesse caráter dependente e subalterno de nossa formação social", mas também do caráter tardio do capitalismo nacional. Estes dois elementos, centrais no pensamento de Florestan, são questionados pelo sociólogo baiano, uma vez que, a Alemanha e o Japão, por exemplo, também possuem capitalismo tardio "e isso não impediu que Alemanha e Japão se tornassem [...] países imperialistas" (*Ibid.*: p. 256).

Para Coutinho, Florestan erra ao não ressaltar o elemento interno da questão agrária ao desenvolver sua ideia de "via não-clássica", colocando em seu lugar a ideia de dependência externa. Portanto, ao articular intimamente este caráter tardio com a dependência econômica ao mercado internacional, sua posição se aproxima de outros autores marxistas brasileiros como "é o caso, por exemplo, de J. Chasin [...], de Ricardo Antunes [...] e de Antonio Carlos Mazzeo, que se referem a uma 'via colonial' ou 'colonial-prussiana' para definir a modalidade de nossa 'revolução burguesa'". (*Ibidem*) Contudo, seria possível fazermos, de fato, um pareamento sem mediações entre a forma de transformação capitalista ocorrida no Brasil e as formas ocorridas na Alemanha e outros países da "via prussiana", como sugere Coutinho? Não nos parece.

Diferente da Alemanha, o Brasil se desenvolve de forma *hiper-tardia* (CHASIN, 1999), ou seja, historicamente ainda mais tarde que Alemanha e Itália. Por outro lado, a diferença nos elementos que antecederam a consolidação do capitalismo industrial no Brasil e na Alemanha é fundamental na constituição de suas respectivas burguesias, que conseqüentemente apresentarão disposições distintas na efetivação do capitalismo nesses países. Enquanto a Alemanha desenvolve uma conciliação entre burguesia e feudalismo, o Brasil realizará uma conciliação entre burguesia e latifundiários, voltada para o atendimento das demandas do mercado externo, em que, como enfatiza Caio Prado Jr., "a economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias e nacionais, e sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema" (PRADO JR., 1961: p. 190).

Enquanto o feudalismo alemão já havia criado um mercado nacional, os latifúndios brasileiros estavam atrelados ao mercado internacional. Assim, ainda que a *via colonial* no Brasil da mesma forma que a *via prussiana*, efetue uma conciliação do historicamente velho com o historicamente novo, estando a estrutura agrária no Brasil, desde sua origem, subordinada à dinâmica externa do capital, sua burguesia não terá condições de impulsionar internamente a ruptura com os países imperialistas e levar a cabo a constituição de um capitalismo autônomo.

Ao analisarmos as características próprias da organização societária brasileira, a "via não-clássica" de Florestan não parece ser tão problemática como a que Coutinho apresenta através de um

"decalque" de elementos lógicos arraigados a outros percursos históricos.<sup>2</sup> Sem dúvida, cabe lembrarmos a importância de Coutinho ter sido um dos primeiros autores no Brasil a resgatar esta questão das "vias" para o debate sobre a natureza do capitalismo brasileiro e, assim, tomando o tema através de um posicionamento próprio do debate marxista.

O famoso "ecletismo bem temperado" (COHN *in* D'INCAO, 1987) de Florestan Fernandes – que, aliás, não se considerava um eclético –, para além de uma expressão individual, cumpriu uma função de reforçar, dentro da sociologia, um dos elementos que, muito cedo, em seu desenvolvimento histórico, a disciplina tendeu a negar: a totalidade.<sup>3</sup>

No entanto, se em textos anteriores a *RBB*, Florestan sistematizava e delimitava os vários âmbitos de análise separadamente, agora temos uma mescla nem sempre orgânica.

Coutinho partiu do referencial marxista para a análise da "imagem de Brasil" de Florestan, sem fazer mediações com o que o texto tem de "sociológico". Florestan, a partir de *RBB*, e de forma crescente, até o fim de sua vida, tornará o marxismo sua principal referência analítica, mas sempre através da mediação sociológica.

Há, em Florestan, a particularização do capitalismo em um modelo ou tipo-extremo (FERNANDES, 1959), cujo caso clássico é o Brasil, mas que serve como referencial analítico também para a América Latina em geral. Por isso, quando Florestan expõe o porquê de não caracterizar o modelo de capitalismo brasileiro como colonial ou neocolonial, verificamos que sua preocupação é a de enfatizar a revolução burguesa no Brasil como uma caracterização sociológica (ou predominantemente no âmbito da sociologia).<sup>4</sup> De fato, deste prisma predominantemente sincrônico, não faz sentido falarmos em capitalismo colonial ou neocolonial, uma vez que já não é a estrutura colonial a que define o país.

O problema é que, como resultado deste enfoque, Florestan não ressalta o processo de transição capitalista em sua forma histórica, enquanto sistema internacional, mas sim, “deixa transparecer uma supervalorização do conteúdo essencialmente revolucionário da transição capitalista em detrimento da forma histórica especificamente contrarrevolucionária que este movimento tende a assumir em todas as transições retardatárias” (PAIVA, 1991: p.140).

Está claro que Florestan equaliza este problema ao integrar o modelo às estruturas históricas de "longa duração". Mesmo assim, se partirmos de um posicionamento marxista (sem decalques), trata-se de uma utilização problemática do termo revolução. Isto porque, esta "revolução burguesa" no Brasil é mais atrasada e contrarrevolucionária do que no caso prussiano, o qual Marx já havia demonstrado que "bem longe de ser uma *revolução europeia*, era apenas o retardo eco débil de uma revolução europeia num país atrasado. Ao invés de estar à frente de seu século, atrasara-se mais de meio século em relação a ele” (MARX, 1987: p. 56).

Porém, não coadunamos com a interpretação de Paiva quando este deduz que Florestan, ao manipular em sua obra a categoria “revolução burguesa” desenvolva uma função de polêmica. Tal função pode ser suposta ou ter sido adotada *a posteriori*, mas não ajuda a explicar a utilização da categoria e nem o desenvolvimento da construção do referencial teórico do autor. Mesmo porque, Florestan desenvolverá posteriormente a categoria contrarrevolução, para identificar os processos iniciados em 1964 e a ideia de revolução burguesa já aparece com o mesmo sentido em escritos do autor a partir do início dos anos 60, pelo menos.

Não podemos esquecer que Florestan já estava pensando na categoria “revolução burguesa” em sua grande obra *A integração do negro na sociedade de classes*, publicada em 1964 (FERNANDES, 1978: p. 39 e 193). Entre os anos 50 e 60, Florestan ainda vê o processo de revolução burguesa como um processo irreversível: "nossa débil 'revolução burguesa' constitui, por enquanto, o único processo dinâmico e irreversível que abre algumas alternativas históricas" (FERNANDES, 1981: p.192).

Sendo assim, a ideia de “revolução burguesa”, nitidamente entendida como processo de modernização, nasce sob o influxo da vertente paulista de uma “sociologia do modernização”.

Neste ponto achamos adequada a crítica de Arruda (2001) em relação à análise de Paiva, apontando que este desconsidera a sociologia acadêmica presente na obra de Florestan, tratando-a como uma espécie de entulho teórico. Obviamente, este aspecto não apaga as contribuições da obra de Paiva.

### 3. *As eras históricas da transformação brasileira*

Ao analisar a obra florestaniana Paiva enfatiza que Florestan divide a história do Brasil em três grandes momentos, configurando assim três diferentes “eras”: a *Era Colonial*, que se inicia com a colonização e se estende até a vinda da corte para o Brasil, em 1808; a *Era Neocolonial*, que vai de 1808 até aproximadamente 1880; e a *Era Capitalista dependente* ou *Era Burguesa*, que se inaugura, então, em meados de 1880, tem como momento diferencial o ano de 1930 e se subdivide em *Era burguesa competitiva* e *Era burguesa monopolista*.

De fato, encontramos amplamente estes termos nos escritos de Florestan; mas é interessante resgatar a interpretação de Florestan que encontramos num manuscrito seu intitulado *A dominação Externa no Brasil*.<sup>5</sup>

As “Eras” que Paiva destaca, buscando “apresentar as principais contribuições historiográficas de Florestan Fernandes em torno do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (PAIVA, 1991: p. 244), são substituídas, nos manuscritos, pela ideia de “formas típicas”. Haverá também outras pequenas alterações terminológicas que, no geral, não parecem entrar em contradição com o exposto por Paiva.

Uma das preocupações do autor era saber se Florestan equaciona os critérios teóricos de análise de forma endógena ou exógena, uma vez que "Florestan não nos oferece uma discussão sistemática em torno dos fundamentos teóricos e metodológicos de seu projeto de periodização e do papel que cumpriria, em seu interior, a categoria de 'modo de produção escravista'". (*Ibid.*: p. 247)

Como vemos, acentua-se já no título do manuscrito, a ideia de que as “eras” ou “formas típicas”, que marcam a cadência histórica do Brasil e da América Latina, são determinadas, em grande medida, por elementos exógenos, é dizer: externos.

Para Florestan, “a América Latina é o único continente no qual é possível observar toda a sequência da formação e desenvolvimento das formas de dominação externa associadas à chamada ‘expansão da civilização moderna’” (FERNANDES, s/d), o que já define o sentido de seu “desenvolvimento”:

Basicamente, a evolução das formas de dominação prende-se às transformações do capitalismo no exterior. Este é que contém os dinamismos que dirigem e condicionam a incorporação das estruturas sociais, econômicas e políticas das sociedades latino americanas do espaço econômico, sociocultural e político do mundo capitalista avançado. Tais dinamismos é que definem o sentido e os limites dentro dos quais se dão as transições de uma fase a outra, bem como o padrão característico do desenvolvimento de cada fase. (*Ibidem*)

Florestan não deixa, nesta passagem, lugar para dúvida de onde se encontra a dinâmica propulsora das várias fases de “desenvolvimento” dos países latino-americanos. No entanto, faz a importante ressalva de que há, efetivamente, um condicionamento interno deste processo, mas que está apoiado sobre o dinamismo externo:

Não obstante, cada transição exige certas condições demográficas, geográficas (de controle do espaço físico e ecológico), econômicas, socioculturais e políticos que não podem ser criadas a partir de fora; o que significa que cada uma das fases, cria seu padrão respectivo de desenvolvimento, contém por sua vez um padrão próprio de crescimento interno, que dão viabilidade às diferentes transições e à potencialização interna das dinâmicas econômicas e socioculturais, absorvidas do exterior. Por isso, a incorporação possui uma

lógica de duas faces, a qual revela e põe em jogo, simultaneamente dinamismos externos e internos. (*Ibidem*, grifos do autor)

Assim, Florestan não trata nenhuma das “eras” ou “formas típicas” como um processo que tem sua dinâmica nos países latino-americanos, mas esta dinâmica é delimitada pelas condições internas destes países, o que faz com que surjam as várias diferenciações no grau de “absorção” e resposta destes países à dinâmica exterior.

No manuscrito, Florestan está dando ênfase à lógica geral de estratificação da sociedade nos vários períodos históricos nacionais e, por isso, foca a “dominação” como centro de sua problemática. Se aproxima, assim, da posição que Octavio Ianni expressa sobre a estratificação da sociedade de classe enquanto “configuração histórico-estrutural particular” que se “revela muito mais diretamente ao nível das relações e estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política)” (IANNI, 1978: p. 12).

O que há neste “antigo sistema colonial” é uma mescla de fatores, na qual temos, por um lado, a “transplantação dos padrões iberos de estratificação social” que se ajunta à “escravidão ou o trabalho forçado (nas plantações e nas minas)”, gerando uma combinação entre estamento e casta que produz a “real sociedade colonial na qual só os colonizadores podiam participar das estruturas de poder e transmitir posições sociais de acordo com linhagens “Europeias” (FERNANDES, s/d).

O marco de passagem da primeira para a segunda “era” é a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, iniciando todo um processo de mudança econômica da colônia, cujo ponto principal é a abertura dos portos.

A *Era Neocolonial*, cumprirá, segundo o autor, um papel de acumulação primitiva, a partir dos recursos que passam a ficar no país e que serão essenciais para a transformação seguinte, gerando a *Era do capitalismo dependente*.

Como vimos, estas Eras são modelos aplicáveis a outros países da América Latina, ainda que os vários países latino-americanos não participem destes modelos simultaneamente, como no caso de Cuba. Na análise do autor, o país estava na *Era Neocolonial* no momento em que realiza a Revolução Cubana. Com a revolução, Cuba, ao invés de seguir para a *Era Burguesa*, transita para o socialismo (FERNANDES, 2007).

No Brasil, por mais que houvesse reconfigurações gerais das estruturas de uma Era para outra, havia também continuidades de elementos estruturais. Em cada mudança ocorrida, constituía-se uma reestruturação de elementos econômicos, ideológicos e utópicos que não eram suficientes para romper com a concentração de poder das camadas dominadoras. A transição entre a *Era Neocolonial* e a *Era Burguesa* – essencialmente mercantil e urbana – será um exemplo de recomposição conciliadora que manterá a concentração de privilégios e poder no topo (FERNANDES, 1975: pp. 203-204).

A *oligarquia* mantinha a dominação tradicional no momento anterior à implantação da hegemonia burguesa e, no geral, estava vinculada ao campo – no caso de São Paulo, ao plantio do café – tendo no escravo o meio de produção por excelência. Seria a classe que teoricamente estaria em oposição direta à burguesia, pois representava o atraso, o conservadorismo, mas que, ao tomar o capitalismo financeiro como casulo, desdobrar-se-á como uma burguesia “apática”.

Assim, “graças ao café e à associação direta com o capital financeiro mundial, os homens de negócios transformaram a oligarquia paulista em uma complicada floração do capitalismo competitivo dependente”, de tal forma que os setores arcaicos da oligarquia eram tão burgueses quanto os setores mais liberais (*Ibid.*: p. 221).

A forma conciliatória de maturação da classe dominante imposta pelas mãos do capital financeiro internacional processou um caminho ou via totalmente diferente das chamadas *Revoluções burguesas clássicas* – que foram operadas como luta entre uma classe burguesa, que nasce em oposição à antiga classe oligárquica feudal.

A modernização nacional pagará altos tributos ao senhoriato, não trazendo consigo todo o desenvolvimento político e social que trouxe a outros países. Haja vista à abolição da escravatura, que,

a despeito dos movimentos sociais que cresceram ao logo dos anos 1880, acabou resultando de um ato parlamentar, em que os escravos passam à condição de homens livres, sem terem garantidas reformas que lhes possibilitassem uma inserção adequada na nascente sociedade moderna.

Com o fim do escravismo, há uma ruptura histórica envolvendo transformações econômicas, sociais e políticas ligadas à própria emergência do imperialismo, no plano internacional. Esta nova situação histórica faz emergir, nacionalmente, um "capitalismo competitivo" com um duplo aspecto: por um lado, trazia “um fator multiplicativo do poder de ação do agente econômico privilegiado”, e, por outro, “um fator destrutivo para o equilíbrio econômico global da sociedade” (*Ibidem*).

O mesmo caráter conciliatório vai ocorrer na transição do período da *burguesia concorrencial* para o da *burguesia monopolista*, entre 1930 e 1964: um "reflorescimento disfarçado da democracia restrita e uma autêntica modernização gradual e prolongada da dominação oligárquica". (FERNANDES, 1979c: p. 27)

#### 4. As fases da era do capitalismo dependente no Brasil

Ao resgatar o processo particular do desdobramento do capitalismo brasileiro para dar forma a seu modelo explicativo, Florestan expõe a dinâmica dos agentes históricos que impulsionam ou sofriam determinados elementos econômicos, políticos ou sociais. Ou seja, "Florestan faz uma análise que [...] é típico-ideal. Ele está à busca dos 'agentes humanos' – o burguês – capazes de encarnar o 'espírito burguês'. Juntos, os burgueses e o espírito do capitalismo instaurariam a 'ordem social competitiva', típica do capitalismo em sua fase gloriosa" (CARDOSO, 2002: p. 1492).

Apresenta também o principal elemento econômico que dá forma à dependência: a extração dual do excedente econômico, ressaltando que o imperialismo dos países centrais não age diretamente sobre o Brasil, mas mediado pela burguesia nacional, que se coloca como sócia neste processo. Para que este mecanismo funcione, a burguesia terá que manter não apenas uma hegemonia do poder político – como ocorre nos países capitalistas centrais –, mas necessitará de uma hiperacumulação de poder político, através do Estado. É desta forma que atrela o destino da nação ao seu próprio destino, conciliando o desenvolvimento nacional às necessidades do seu sócio, o capital externo. Esta hiperconcentração de poder político, Florestan nomeia de *autocracia burguesa* – que não é um equivalente de ditadura militar (um Estado ou regime autocrático), mas sim um traço estrutural-histórico (CHAGAS, 2011).

A era do capitalismo dependente no Brasil se inicia, para Florestan, por volta de 1880 e, até seus últimos escritos, o autor considera que o país continuava envolto por esta estrutura. No entanto, há mudanças estruturais, dentro do próprio capitalismo dependente que influenciarão toda a movimentação no plano da história em processo.<sup>6</sup>

Dividindo-o em fases, o primeiro período da *Era capitalista dependente* é o que o autor chamou de *capitalismo competitivo*, que iria desde 1880 até 1964, momento que levará a uma aceleração industrial, através de governos que Florestan denomina de *demagógicos populistas*. (FERNANDES in MOISÉS, 1978: p. 13).

Florestan entenderá como demagógico-populistas os governantes abastados que buscam uma identificação com as massas populares, mas que estão intrinsecamente vinculados às necessidades de sua classe de origem. Para o autor, “o demagogo pode ser revolucionário e às vezes a preferência da massa popular pelo demagogo significa que a melhor alternativa de luta política para a massa popular é o demagogo”, o que, segundo ele, nunca aconteceu no Brasil:

No caso brasileiro infelizmente [...] todos os demagogos que traíram a sua classe acabaram mal: Getúlio Vargas se suicidou, Janio Quadros renunciou e Jango Goulart fugiu, ele disse que não correria a responsabilidade de levar o Brasil à guerra civil – é o que ele deveria ter feito.<sup>7</sup>

Apesar dos sucessivos governos que mantiveram as classes trabalhadoras manietadas, através do “ardil populista”, o autor compreende que houve, no período, um desenvolvimento industrial suficiente para que, nos anos 1960, tivéssemos “a emergência e difusão de movimentos de massa antiburgueses, nas cidades e até em algumas áreas do campo”. Tais movimentos, mesmo sem representar perigo imediato, “acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: ‘contaminaram’ estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc.” e, desta forma, “infiltraram influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares” – ainda que “refreadas pela ‘demagogia populista’, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, ‘pressão dentro da ordem’ e convulsão social” (FERNANDES, 1975: p. 324).

A ditadura militar de 1964 representará a barreira de contenção desta pressão dentro da ordem. Segundo Florestan, a ditadura será o elo forte da transição do *capitalismo competitivo* para o *capitalismo monopolista* no Brasil; ela foi a saída necessária para a burguesia, uma vez que a dinâmica do capitalismo competitivo, fomentando o desenvolvimento econômico, acabou, “dialeticamente”, impondo uma necessidade de ampliação da participação política, de uma *revolução dentro da ordem*, que gerasse uma *democracia ampliada* pela qual, através da atuação efetiva das massas, romper-se-ia com o caráter autocrático e dependente do Estado nacional – algo impensável para a chamada “elite autocrática nacional”.

A solução de tal “elite” foi o golpe militar, como forma de *contrarrevolução preventiva*. É importante salientar que Florestan, ao afirmar uma contrarrevolução preventiva, não está dizendo que havia uma revolução socialista ou um golpe da esquerda a caminho, como afirmam alguns autores que tentam justificar o golpe “preventivo” dos militares.<sup>8</sup> A possível revolução à que Florestan está se referindo é a que romperia com as estruturas arcaicas, no sentido de uma democratização burguesa, uma “revolução dentro da ordem” como desdobramento mais provável do projeto conciliador de João Goulart.

Sem a presença dos militares, “a correlação entre superposição de tempos históricos e deslocamento do poder político não ocorreria tão facilmente”. Assim, a ditadura militar contribui de maneira decisiva para garantir “a concentração quase imediata do poder político ao nível estatal, que se tornava necessária para a nova ‘transição modernizadora’” (FERNANDES, 1980: p. 210).

Desta forma, a implantação da ditadura militar realizou a incorporação do país “às economias e ao sistema de poder dos países capitalistas centrais e de sua superpotência”, promovendo, assim, “uma nova forma de exploração da periferia, mais cruel e completa que as anteriores, nascidas da dominação colonial direta e do *indirect rule*” (FERNANDES, 1980: p. 25).

As classes dominantes (com um polo nacional e outro internacional), valendo-se dos militares, realizam o equivalente (invertido) da proeza dos guerrilheiros de Sierra Maestra ao intervirem no momento em que estrutura-histórica e a história em processo se entrecruzaram. Mas, ao invés de realizarem uma revolução nacional – que, no caso de Cuba, evoluiu para uma revolução contra o neocolonialismo –, as classes dominantes brasileiras deslocaram o país do capitalismo competitivo para o monopolista, com a manutenção da dependência, realizando uma “modernização conservadora a partir de fora” (FERNANDES, 1989: pp. 279-280).

Nesse sentido, Florestan ressaltará que, em 1964, houve uma contenção contrarrevolucionária, “para garantir a ‘modernização’, a incorporação e a industrialização maciça”, produzindo um Estado autocrático que “é também um Estado heterogêneo”, com três faces salientes: a primeira seria a aparência democrática sustentada por um formalismo institucional, mas na qual “os oponentes reais estão desqualificados ou neutralizados; a maioria, mesmo eleitoral, não tem influência concreta”; a segunda seria “uma política econômica de linha dura”; e, por fim, seu caráter fascista, que terá como principal função “a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular” (FERNANDES, 1979: pp. 43-44).

Ou seja, a “modernização” realizada pelos militares deve ser, na perspectiva de Florestan, sempre tratada entre aspas; é uma modernização da relação de dependência e não uma modernização do país – para a qual seria imprescindível a conquista da autonomia, seja ela conquistada por uma revolução dentro da ordem, é dizer pela finalização da “revolução burguesa”, seja instaurada por modelo socialista: a revolução contra a ordem.

### 5. Considerações finais

Ao contrário do afirmado por Carlos Nelson Coutinho, não há uma imputação descabida da análise desenvolvida por Florestan, em *RBB*, ao desenvolvimento histórico recente do Brasil. Ou seja, Coutinho afirma que Florestan não enxergou o processo de abertura política do país ao afirmar a continuidade da autocracia burguesa. No entanto, é o próprio Coutinho que não diferencia na obra de Florestan que a autocracia burguesa trata-se de um traço particular, uma estrutura-histórica, do capitalismo brasileiro. Autocracia burguesa não se confunde com ditadura militar, ainda que por vezes o autor utilize termos parecidos como *regime* ou *Estado* autocrático para defini-la (como expressão desta estrutura-histórica).

Ao se debruçar sobre a "abertura democrática", o foco central de Florestan está na concentração de riqueza, prestígio e poder das classes dominantes; é dizer, na forma como se estrutura historicamente a dominação no Brasil. Constata pois que há uma grande transação na transição, conciliações que conduzem o país a repor processos de modernizações conservadoras a partir de fora.

### BIBLIOGRAFIA:

- ARRUDA, M. A. N. (2001) *Metrópole e cultura*: São Paulo no meio do século XX. SP: Edusc.
- CARDOSO, F. H. (2002) Introdução à Revolução Burguesa no Brasil. In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). *Interpretes do Brasil*. RJ: Nova Aguiar.
- CHAGAS, R. P. (2011) *Florestan Fernandes*: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil. SP: PUC, mestrado.
- CHASIN, J. (1999) *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. Santo André: Ad Hominem.
- COHN, G. (1999) *Florestan Fernandes*: a revolução burguesa no Brasil. IN: Banquete nos trópicos. SP: Senac.
- \_\_\_\_\_. (1987) O ecletismo bem temperado. IN: D'INCAO, M. A. (org.). *O Saber Militante*. SP: Unesp.
- COUTINHO, C. N. (2005) *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. RJ: DP&A.
- FERNANDES, F. (2007) *Da guerrilha ao socialismo*: a revolução cubana. SP: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (1996) Carta para Barbara Freitag, S. Paulo, 6 abr. 1967. In: FREITAG, B. Florestan por ele mesmo. *Estudos Avançados - IEA-USP*, SP n. 26.
- \_\_\_\_\_. (1989) *A constituição inacabada*: vias históricas e significado político. SP: Estação Liberdade.
- \_\_\_\_\_. (1981) *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. RJ, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1980) *Brasil*: em compasso de espera. SP: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1979) *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. SP: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1979b) *Mudanças Sociais no Brasil*. 2ª ed. SP: Difel.
- \_\_\_\_\_. (1979c) Tarefas dos Intelectuais na Revolução Democrática. *Revista Encontro com a Civilização Brasileira*.
- \_\_\_\_\_. (1978) *A condição de sociólogo*. SP: Hucitec.



- \_\_\_\_\_. (1978b) Prefácio. In: MOISÉS, J. A. *Greve de Massa e crise política* (Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54). SP: Polis.
- \_\_\_\_\_. (1976) Prefácio à segunda edição (1976). In: *Ib.*, *A revolução burguesa no Brasil*. SP: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1975) *A revolução burguesa no Brasil*. RJ: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1973) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. RJ: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1959) *Fundamentos da explicação sociológica*. SP: Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (s/d) *A dominação Externa no Brasil*. São Carlos: COLESP-UFSCar, manuscrito.
- HOLANDA, S. B. (1976) *Raízes do Brasil*. RJ: José Olympio.
- IANNI, O. (1978) Teorias da estratificação social. (Leituras de Sociologia). São Paulo: Editora Nacional.
- MARX, K. (1987) *A burguesia e a contrarrevolução*. SP: Ensaio.
- PAIVA, A. N. (1991) *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Campinas: Unicamp, em mimeo.
- PRADO Jr., C. (1961) *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, V. L. (2012) "*Via prussiana*" e "*revolução passiva*" no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? SP: PUC, mestrado.
- TOLEDO, C. N. (2004) *1964: golpismo e democracia*. As falácias do revisionismo. Revista Crítica Marxista nº 19.

## NOTAS:

---

<sup>1</sup> Cientista Social e mestre em História Social. Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: rpch.rodriigo@gmail.com

<sup>2</sup> Sobre o debate da via prussiana e a revolução passiva em Coutinho ver: SILVA, 2012.

<sup>3</sup> Outros autores do mesmo período travaram também um grande esforço na construção de uma sociologia (ou ciências sociais) que fosse para além do saber seccionado, restrito e restritivo – basta lembrarmos a obra de Darcy Ribeiro e Costa Pinto.

<sup>4</sup> Alias vale ressaltar como a ideia de revolução burguesa no Brasil de Florestan se aproxima da ideia de "nossa revolução" de Sergio Buarque de Holanda: "A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século". (HOLANDA, 1976: p. 127)

<sup>5</sup> Manuscrito resgatado durante nossa pesquisa na Coleção Especial Florestan Fernandes na Biblioteca da UFSCar – Colesp-UFSCar. Florestan não menciona no manuscrito qual seria sua finalidade e data, mas pela forma que trata a temática, supomos que seja do período em que deu aulas na Sedes Sapiens ou na PUC (entre 1976 e 1982). Vamos nos referir ao documento como FERNANDES: s/d.

<sup>6</sup> Florestan diferencia estrutura-histórica de história em processo. A primeira se refere as bases estruturais que dão forma a uma sociedade, são históricas pois acessíveis a mudanças, no entanto, dão base a reprodução da sociedade em questão. Já a segunda trata-se da história em andamento, é mais dinâmica, fluída.

<sup>7</sup> FERNANDES, Florestan. Palestra de Lançamento da Campanha de 1986 na Fundação Santo André. Resgatada do Acervo pessoal do prof. Dr. Antonio Rago Filho.

<sup>8</sup> A crítica a ideia de golpe preventivo pode ser encontrada em: TOLEDO, 2004.